

A ESCOLA E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA PERCEPÇÃO DE EDUCADORES SOCIAIS

SCHOOL AND INSTITUTIONAL SUPPORT ACCORDING TO THE PERCEPTION OF SOCIAL EDUCATORS

Matheus Freitas Alves Correia¹

<https://orcid.org/0009-0004-8357-3089>

Márcia Cristina de Araújo Silva²

<https://orcid.org/0000-0001-6058-4464>

Susana Engelhard Nogueira³

<https://orcid.org/0009-0008-1527-1416>

Resumo

Partindo do entendimento de que o acolhimento institucional é uma medida excepcional que busca garantir a proteção de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados, busca-se neste artigo apresentar dados de uma pesquisa transversal, descritiva e de abordagem quali-quantitativa realizada neste contexto. O seu principal objetivo foi identificar o papel da escola e do acolhimento institucional para o desenvolvimento biopsicossocial de adolescentes, segundo a percepção de educadores sociais de uma instituição voltada para este público. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas baseadas em perguntas abertas e fechadas junto a 5 educadores sociais, com base nas quais foram levantados dados de perfil dos participantes, além de informações sobre o papel da escola para o desenvolvimento, aprendizagem escolar, e perspectivas de futuro de adolescentes acolhidos. Os dados foram tratados segundo o método de análise de conteúdo. Dentre os principais resultados, observou-se que a escola é vista como um espaço fundamental para promover o desenvolvimento integral dos adolescentes, além de proporcionar sentimentos de pertencimento e perspectivas de futuro. No entanto, foram identificados desafios que podem impactar as experiências deste público, como sentimentos de insegurança, acúmulo de faltas, evasão e dificuldades quanto ao desempenho escolar. Entende-se que problematizar estes dados é

¹ Bacharel em Terapia Ocupacional pelo Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) – *Campus Realengo/RJ*, Brasil. E-mail: matheusfacto@gmail.com

² Mestre em Ciências pelo Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente, Fernandes Figueira/FIOCRUZ. Graduação em Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de Minas Gerais e Especialização em Terapia Ocupacional com Ênfase em Desenvolvimento Infantil pela mesma Universidade. Docente efetiva do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), *Campus Realengo/RJ*, Brasil. E-mail: marcia.araujo@ifrj.edu.br

³ Psicóloga, Doutora em Psicologia Social (PPGPS/ UERJ), Professora Titular do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), atuando nos cursos de Graduação em Terapia Ocupacional, Fisioterapia e Farmácia, e no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia, Inovação em Saúde (PPGCTIS/ IFRJ) – *Campus Realengo/RJ*, Brasil. E-mail: susana.nogueira@ifrj.edu.br

importante, uma vez que instituições escolares e de acolhimento podem ser vistas como co-responsáveis pela reintegração social destes jovens.

Palavras-chave: escola. acolhimento institucional. adolescentes. educadores sociais.

Abstract

Based on the understanding that institutional care is an exceptional measure that seeks to guarantee the protection of children and adolescents whose rights have been violated, this article aims to present data from a cross-sectional, descriptive and qualitative-quantitative study carried out in this context. Its main objective was to identify the role of school and institutional care in the biopsychosocial development of adolescents, according to the perception of social educators at an institution aimed at this public. Semi-structured interviews based on open and closed questions were carried out with 5 social workers, on the basis of which data was collected on the profile of the participants, as well as information on the role of school in development; school learning, and prospects for the future of adolescents in care. The data was processed using the content analysis method. Among the main results, it was observed that school is seen as a fundamental space for promoting the integral development of adolescents, as well as providing feelings of belonging and prospects for the future. However, challenges have been identified that can impact on the experiences of these young people, such as feelings of insecurity, an accumulation of absences, truancy and difficulties with school performance. It is understood that problematizing this data is important, since school and foster care institutions can be seen as co-responsible for the social reintegration of these young people.

Keywords: school. institutional care. adolescents. social educators

INTRODUÇÃO

A adolescência constitui uma etapa do desenvolvimento humano e pode ser compreendida como uma transição da infância para a vida adulta. Neste período, configuram-se importantes transformações de natureza biopsicossocial que podem se associar à experimentação de sensações diversificadas, busca pela autonomia e independência familiar, além de mudanças comportamentais, físicas e hormonais típicas da puberdade (Costa *et al.*, 2019).

Adolescentes interagem com diferentes ambientes cujas características estão vinculadas ao contexto histórico, social e cultural mais amplo. A vivência em diversificados espaços tende a promover formas singulares de experienciar esta fase da vida, podendo marcar a trajetória de cada sujeito ao envolver potencialidades e vulnerabilidades (Fonseca, 2017; Zappe; Dell'aglio, 2016).

As potencialidades podem estar relacionadas aos fatores de promoção, proteção e recursos da saúde, como alimentação, renda, serviços de saúde, educação e segurança. Já as vulnerabilidades podem ser caracterizadas como situações que envolvem rupturas e exposição do indivíduo a fatores de risco, além da fragilização de vínculos afetivo-relacionais e da carência de recursos e/ou mecanismos para superar crises (Carmo; Guizardi, 2018).

No que tange a estes possíveis cenários, o ambiente familiar tem um papel primordial na adolescência, uma vez que, a depender de suas características, poderá constituir fatores de proteção ou de risco ao desenvolvimento humano. É considerado um fator protetivo quando se apresenta

como uma das principais redes de apoio, amparo afetivo e auxílio no desenvolvimento da personalidade do adolescente por meio das trocas intergeracionais (Zappe; Dell’aglio, 2016).

Por outro lado, o contexto familiar pode, se estiver permeado por fatores de risco como violência doméstica, uso prejudicial de álcool e outras drogas, adoecimento mental, pobreza, abandono ou negligência, acabar por contribuir para que seus integrantes vivenciem fragilidades e vulnerabilidades, acarretando o comprometimento das condições saudáveis de vida e, consequentemente, do desenvolvimento infanto-juvenil (Cavalcante; Magalhães; Reis, 2014).

Diante de contextos em que estão presentes violações de direitos, adolescentes podem receber medidas de proteção previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990), com a finalidade de terem preservadas suas integridades física, moral e mental (Fermino; Lima, 2023). Uma destas medidas consiste no seu afastamento do ambiente familiar e encaminhamento ao acolhimento institucional, enquanto alternativa transitória e excepcional voltada a garantir abrigo, proteção, cuidado, diálogo, educação, saúde, dentre outros. Neste local, a equipe multiprofissional é a principal responsável por ofertar atenção especializada, orientação e informação (Penso; Moraes, 2016), podendo ser constituída por coordenador, profissionais com formações específicas (como serviço social, psicologia, pedagogia, nutrição), educador social e auxiliar de educador. O trabalho desta equipe é multifacetado e envolve a implementação de cuidados básicos, estímulo à reintegração familiar e, em casos excepcionais, a mediação da construção do vínculo com a família substituta (adoção), quando esgotadas as possibilidades de retorno à família de origem, além da promoção de adaptação na chegada, permanência e subsequente desligamento institucional (Brasil, 2009).

No que concerne a estes profissionais, destaca-se a importância da atuação dos educadores sociais, uma vez que desempenham funções relevantes, tais como oferecer suporte em atividades de higiene, alimentação, apoio escolar, segurança, lazer, dentre outros. Ademais, devem realizar um cuidado individualizado, de maneira sensível às histórias de vida e necessidades de cada adolescente, a fim de promover o seu desenvolvimento saudável (Wendt; Dell’aglio, 2021).

Após a entrada deste público no sistema de acolhimento, a equipe técnica e demais profissionais do local precisam implementar o Plano Individual de Atendimento (PIA), compreendido como principal instrumento orientador de atuação. Os objetivos do PIA envolvem criar estratégias de ação junto a cada adolescente, além do registro das circunstâncias do acolhimento, das situações familiares e do planejamento das atividades a serem desenvolvidas (Brasil, 2018).

As ações do PIA devem ser realizadas conforme a interlocução com os diferentes serviços da rede, tais como o Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil – CAPSi, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, as unidades de saúde, escolas, dentre outros, de acordo com possíveis demandas identificadas (Brasil, 2009). Os encaminhamentos são realizados seguindo as diretrizes do ECA (Brasil, 1990), que determinam, por exemplo, a obrigatoriedade de matricular e acompanhar a frequência escolar dos acolhidos, devendo os profissionais da instituição adotar uma postura de incentivo, visando assegurar que os sujeitos prossigam seus estudos e não rompam os vínculos comunitários e familiares, cruciais para o seu processo de reinserção social (Almeida; Queiroz, 2020).

Entende-se que a escola é um local onde crianças e adolescentes passam um período significativo da sua rotina diária. Neste sentido, é um importante contexto em que este público necessita estar inserido, uma vez que favorece o desenvolvimento intelectual e promove a participação social, além de propiciar a construção de vínculos afetivos, sentimento de pertencimento e formação da identidade (Fonseca, 2017).

Especificamente no que se refere a adolescentes que se encontram em situação de acolhimento institucional, é indispensável à escola estar atenta e preparada para lidar com as singularidades deste público, de modo a proporcionar um ambiente acolhedor e equitativo, que garanta a educação integral e emancipadora, além da convivência comunitária (Moura; Silva, 2023).

Com o possível rompimento de vínculos com a família de origem e escassez de laços afetivos alternativos, torna-se fundamental que, além da escola, a instituição de acolhimento esteja atenta à qualidade do trabalho empreendido. Quando esgotadas todas as possibilidades de reintegração familiar ou adoção, o adolescente em situação de acolhimento cresce em ambiente institucional até atingir a maioridade, momento em que deve ocorrer o seu desligamento do local. Por esta razão, a instituição precisa se envolver com um conjunto de ações que visa ajudá-lo a, aos poucos, encontrar condições de desenvolver sua autonomia com base em atividades diversas que amparem a sua adaptação (Ferreira; Littig; Vescovi, 2014).

Neste sentido, torna-se importante que tanto a escola, quanto a instituição de acolhimento estejam articuladas para que suas atuações favoreçam não só o processo de proteção contra situações de risco, mas também a formação educacional e de respeito ao próximo, o desenvolvimento de cidadania, de inclusão social, de socialização e ainda, de reinserção familiar e comunitária (Moreno; Sudario, 2022).

Sensível a estas considerações e visando trazer contribuições ao debate na área, esta investigação teve como objetivo central identificar o papel do contexto escolar e do acolhimento institucional para o desenvolvimento biopsicossocial de adolescentes, segundo a percepção de educadores sociais de uma instituição voltada para este público.

METODOLOGIA

Este estudo tratou-se de uma pesquisa do tipo transversal, descritiva, de abordagem quali e quantitativa. Por envolver etapas que implicaram a participação e o registro de dados com sujeitos humanos, foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, de acordo com a Resolução nº510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, tendo sido obtida a sua aprovação (CAAE: 58067222.4.0000.5268, mediante parecer de número: 5.456.798).

A coleta de dados foi realizada entre os meses de novembro de 2023 a maio de 2024, junto a educadores sociais que trabalhavam em uma instituição de acolhimento voltada para adolescentes de sexo masculino, com idades entre 12 e 18 anos incompletos, e histórico de abandono, situação de rua, violência doméstica e risco no território. A instituição teve como

características ser de caráter público e estar localizada na cidade do Rio de Janeiro. Ademais, seu gestor responsável concordou formalmente com a realização do estudo.

Foram adotados como critérios de inclusão dos participantes: (1) Ser profissional vinculado à unidade de acolhimento para adolescentes e; (2) estar exercendo suas atividades pelo tempo mínimo de 6 meses.

Após serem realizadas as explicações sobre a natureza da pesquisa, cada educador social foi convidado a participar e expressou formalmente a sua concordância através do Registro de Consentimento Livre Esclarecido. Os dados foram colhidos em local adequado e confortável, visando assegurar privacidade e a não interferência de outras pessoas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas em data e horário agendados em comum acordo com cada participante. As entrevistas tiveram duração média de 30 minutos e foram gravadas por meio de gravador de áudio, mediante consentimento de cada participante através do Termo de Autorização de Uso de Voz, sendo posteriormente transcritas a fim de subsidiar o seu processo de análise.

O roteiro de entrevista semiestruturada foi constituído por perguntas abertas e fechadas, com base nas quais foram levantados dados como idade, sexo, nível de escolaridade, cargo exercido na instituição e tempo de experiência no local, além de informações sobre vínculo escolar dos adolescentes acolhidos, papel da escola para o seu desenvolvimento, papel da instituição de acolhimento para a aprendizagem escolar, e papel da escola e da instituição de acolhimento para as perspectivas de futuro de adolescentes acolhidos.

Os dados levantados foram compilados e analisados, utilizando-se como referencial a metodologia de análise de conteúdo desenvolvida por Bardin (2016), a qual prevê as etapas de: pré-análise (leitura flutuante e levantamento de informações), exploração do material (identificação de unidades de contexto, unidades de registro e categorizações) e tratamento dos resultados (uso das técnicas de inferência e interpretação). Do ponto de vista quantitativo, foram calculadas as frequências de resposta a perguntas fechadas, seguidas de análise e discussão integrada aos dados qualitativos.

Esclarece-se ainda que, com o objetivo de garantir o sigilo de identidade de cada participante e assegurar preceitos éticos, optou-se por identificá-los, ao longo da discussão de resultados, por meio de codificações adotando-se o nome de pedras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram entrevistados 5 educadores sociais da instituição de acolhimento, sendo 60% (n=3) do sexo masculino e 40% (n=2) do sexo feminino. A faixa etária variou de 24 a 61 anos de idade, com média de 43 anos (DP= 14,7). Quanto ao nível de escolaridade, 100% (n=5) apresentaram ensino médio completo. O tempo de experiência na instituição variou de 15 a 132 meses, sendo a média de 70,8 meses (DP= 43,9). Notou-se que todos os participantes concluíram a escola, sendo um dado relevante por estar de acordo com as orientações técnicas previstas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (Brasil, 2009).

Com relação ao vínculo escolar dos adolescentes acolhidos, observou-se que 100% dos profissionais afirmaram que as matrículas vigentes dos mesmos foram feitas em escolas públicas

e, ao serem perguntados se todos estavam matriculados, 60% dos educadores (n=3) afirmaram que sim, enquanto 40% (n=2) declararam o contrário. Com relação a estes últimos, as justificativas relatadas foram: o fato de haver na instituição adolescentes recém-chegados na época da coleta de dados e o fato de haver perda de vagas na escola em função do número de faltas acumuladas por alguns adolescentes durante suas trajetórias formativas. Esta última justificativa sinaliza um dado a ser problematizado, uma vez que, segundo as diretrizes do ECA (Brasil, 1990) na seção V no art.119, item II, é afirmado ser papel dos responsáveis supervisionar a frequência e aproveitamento escolar de crianças e adolescentes. Diante deste cenário, esse dado parece apontar para a existência de desafios vivenciados pelos adolescentes acolhidos no que diz respeito à frequência e manutenção da rotina escolar, resultando não só no seu distanciamento, mas também em um tipo de ruptura que pode impactar diretamente no seu processo de reinserção social. As faltas acumuladas e sua possível relação com a descontinuidade da frequência escolar destacada por alguns educadores podem constituir elementos capazes de contribuir para o risco de evasão escolar de parte destes adolescentes. A esse respeito, Lemos *et al.* (2014) apontam que adolescentes que estão em situação de acolhimento institucional tendem a enfrentar dificuldades para se manterem na escola, sobretudo em termos de terem de corresponder a padrões pedagógicos hegemônicos baseados em expectativas comportamentais e de desempenho, que muitas vezes geram obstáculos à sua adaptação escolar, além de sentimentos de rejeição, desvalorização e concomitante abandono dos estudos.

Nesse contexto, ao ser averiguada a percepção do grau de importância que os educadores sociais atribuem à escola para o desenvolvimento dos adolescentes acolhidos, 100% avaliaram como “muito importante”. Adicionalmente, ao serem perguntados sobre qual o grau de importância que, segundo suas percepções, os adolescentes acolhidos na instituição atribuiriam ao contexto escolar, pôde-se verificar as seguintes respostas: “pouco importante” (60%), “importante” (20%) e “muito importante” (20%).

Observou-se que os educadores reconhecem a importância da escola para os adolescentes. No entanto, a maioria apontou que a atribuição de valor ao contexto escolar pelos adolescentes é reduzida (pouco importante), possivelmente devido aos desafios que reconhecem que esses jovens enfrentam neste ambiente, como a ocorrência de perda de matrícula devido ao acúmulo de faltas. Nesta mesma direção, Somer, Oliveira Junior e Barros (2018) argumentam que estudantes em situação de acolhimento institucional podem enfrentar estigmatização e preconceito em suas relações sociais dentro do contexto escolar, o que reforça o sentimento de rejeição e desvalorização, ocasionando frequências irregulares e evasões escolares. Dessa forma, diante de fragilidades de relacionamento entre os pares no ambiente escolar, Carlos *et al.* (2011) destacam que estas vivências podem aumentar ainda mais a vulnerabilidade, contribuindo para uma baixa escolaridade, e favorecendo uma visão negativa da escola.

Levando-se em conta a relevância da escola, quando indagados sobre o papel do contexto escolar para o desenvolvimento dos adolescentes, 100% dos educadores sociais relataram que se refere às seguintes categorias temáticas: incentivo, perspectiva de futuro, papel de estudante, socialização, formação, desenvolvimento intelectual e pertencimento, tal como pode ser observado a partir das seguintes falas:

O papel é de passar para os garotos a importância de estar estudante, estar crescendo enquanto pessoa, de estar inserido em um grupo, onde ele vai ser

acolhido também... O papel importante seria isso de ajudar o menino no seu desenvolvimento intelectual, enquanto pessoa, e fazê-lo entender que ele pertence àquele grupo e o quanto ele é querido pela escola. (Quartzo – Categorias temáticas: papel de estudante, socialização, desenvolvimento intelectual e pertencimento)

Incentivar e preparar eles para o futuro (Citrino - Categorias temáticas: incentivo e perspectiva de futuro)

Cara, eu acho que é fundamental, né? É a principal questão que eles se moldem com uma base, porque eu acredito que a escola, depois da criação dos pais, é a primeira base... primeira parte, né, da formação de uma pessoa. (Lápis-lazuli - Categoria temática: formação)

Observa-se na primeira fala a presença de dois pontos a serem levados em consideração. O primeiro diz respeito à importância de “estar estudante”. Para este recorte de conteúdo, foi identificada a categoria “papel de estudante”, com base na qual nota-se que é atribuído ao adolescente um papel ocupacional no meio em que está, ou seja, uma posição social exercida por ele, o que lhe fornece uma identidade. Contudo, para que essa identidade possa ser apropriada, é importante destacar o papel do professor como um importante mediador para que o aluno adquira informação e identifique opções ocupacionais possíveis, fornecendo apoio social, criando experiências, ajudando-o a perceber a importância da escola e compartilhando valores de vida (Oliveira; Taveira; Neves, 2014). Tais valores proporcionam aos estudantes uma educação que os estimula a compreender e desenvolver experiências baseadas em noções de justiça, respeito, solidariedade e convivência democrática, contribuindo para formar sujeitos críticos e capazes de agir como cidadãos (Siqueira; Freitas, 2021).

Com o envolvimento do professor e estudante num ato de trocas de saberes e de afetividade, pode-se destacar o segundo ponto trazido pelo educador social: “fazê-lo entender que ele pertence àquele grupo”. Por meio desta fala, foi possível identificar a categoria “pertencimento”. Especificamente no contexto de acolhimento institucional, é importante salientar que quando crianças ou adolescentes vivenciam ambientes hostis devido a vínculos familiares frágeis, carregam consigo experiências de relações que podem dificultar o sentimento de pertencimento. Assim sendo, torna-se fundamental terem acesso a oportunidades de experimentar um ambiente que reafirme os vínculos de confiança, reconheça suas necessidades afetivas e as acolha. Dentro deste contexto, a escola também emerge como um ambiente capaz de revitalizar esse sentimento de pertencimento, essencial ao desenvolvimento humano. Através de um ambiente suficientemente positivo, esta instituição pode atuar como facilitadora e servir como um agente de mudanças frente a experiências dolorosas anteriores (Archangelo *et al.*, 2021).

Segundo Moreno e Sudario (2022), a escola assume um papel que ultrapassa a promoção do desenvolvimento cognitivo, sendo inclusive um espaço de formação social, por ser um ambiente de inclusão e de proteção de crianças e adolescentes. Com isso, pode ainda proporcionar condições que favoreçam a convivência comunitária, a socialização, a aprendizagem e o desenvolvimento de perspectivas de futuro, além de zelar por seus alunos, identificando e prevenindo situações de risco que comprometem a integridade física e psicológica.

Dando seguimento à discussão dos dados levantados, ao serem perguntados sobre que fatores acreditam ser responsabilidade da escola trabalhar junto aos adolescentes acolhidos,

observou-se que 100% dos participantes apontaram os seguintes: aprendizagem de conteúdos, interação social, identidade, inclusão social, valores morais e éticos, comunicação do adolescente com a instituição, atividades esportivas e atividades culturais. 80% ressaltaram aprendizagem de comportamentos, comunicação do adolescente com a família, e atividades de lazer. Observou-se ainda que 60% destacaram afetividade e perspectiva de futuro e 40% informaram que é função da escola trabalhar hábitos alimentares, além de preconceito e fatores emocionais e psicológicos.

Levando-se em conta estes dados, observou-se que os participantes apontaram que a função da escola é diversificada, pois compreendem ser esse um espaço que contribui de várias maneiras para o desenvolvimento dos sujeitos. Em sintonia com estes resultados, Bittar (2022) caracteriza a escola como um ambiente capaz de proporcionar aos alunos estímulos que sintetizam um viver em sociedade, uma vez que promovem o desenvolvimento de forma global, ao proporcionarem atividades que envolvem as dimensões física, psicológica, social e cultural, realizadas dentro e fora das salas de aula. Isso se deve ao fato da instituição não se resumir apenas a seus conteúdos programáticos, mas também incluir a interação de pessoas com diversificadas faixas etárias e características, proporcionando experiências que favorecem o aprimoramento de habilidades sociais diversas (Marin *et al.*, 2017).

Apesar dos diferentes papéis a serem desempenhados pela escola, no que tange aos resultados observados para este estudo, notou-se que não foi a totalidade dos educadores sociais que apontou “afetividade” e “perspectiva de futuro” como sendo fatores de responsabilidade da atuação escolar junto aos adolescentes acolhidos. Isto contrasta com o que vem sendo reportado pela literatura, especialmente quando se trata de adolescentes em situação de acolhimento institucional e as suas múltiplas rupturas sociais (Ito; Azevedo, 2021; Kappler; Mendes, 2019).

Conforme destacado por Hahn e Ferraro (2018) em seu estudo sobre a importância da afetividade no campo da educação, o ser humano é um ser social, e sua aprendizagem ocorre por meio de interações com sujeitos situados em contextos diversificados. Para que essas interações sejam potentes, as relações devem estar impregnadas de afetividade, considerada uma condição indispensável para o desenvolvimento humano e para a ocorrência de processos pedagógicos. Os pesquisadores ressaltam ainda que a reciprocidade entre afetividade e cognição contribui para o bem-estar de professores e estudantes, favorecendo a aprendizagem significativa.

Entende-se ainda que a afetividade pode ser expressa por meio de relações de respeito, apoio, empatia, valorização e reconhecimento. Neste sentido, vale destacar que não só o contexto escolar, mas o de acolhimento institucional também se configuram como ambientes propícios para a construção de vínculos afetivos com os pares, educadores sociais e demais funcionários (Ito; Azevedo, 2021).

As interações sociais e trocas de afeto desempenham um papel relevante no desenvolvimento, compensando, em parte, a ausência de convivência com a família de origem. Assim, os relacionamentos afetivos de crianças e adolescentes em acolhimento institucional com aqueles que assumem responsabilidades por seus cuidados, mesmo não sendo seus pais biológicos, contribuem para seu desenvolvimento, suprimindo necessidades afetivas e ambientais. Tais necessidades manifestam-se na busca por segurança, apoio e manutenção de um ambiente propício para o desenvolvimento saudável, cuja satisfação pode influenciar na capacidade de se vincular

aos outros e contribuir para o desenvolvimento de resiliência diante das experiências vividas (Kappler; Mendes, 2019).

Em relação à perspectiva de futuro, apesar de não ter sido a totalidade de educadores a destacar este fator, a literatura tem apontado que a escola desempenha um papel fundamental na formação das expectativas dos adolescentes, ao oportunizar um propósito, incentivando a construção de projetos de vida, planos e metas em relação aos estudos (Fraga; Sobrosa, 2022).

Dessa forma, ao se dedicar à criação de um ambiente que promove o pertencimento e a aprendizagem, a escola também atua como facilitadora para a escolha da profissão pelos adolescentes. Isso pode contribuir para a aquisição de autoconhecimento, uma vez que a elaboração de projetos de vida promove reflexões voltadas a objetivos pessoais, constituindo um fator adicional para a permanência do adolescente acolhido na escola, estando associada a expectativas mais elevadas de estudo (Fraga; Sobrosa, 2022).

Por outro lado, ao serem perguntados diretamente sobre qual o papel da escola para a perspectiva de futuro dos adolescentes, emergiram as seguintes categorias temáticas a partir da análise das respostas dos educadores: preparar para o futuro, proporcionar oportunidades e conscientizar sobre perspectiva de futuro, tal como pode ser visto abaixo:

[...] aquela pergunta clássica, né? “O que você quer ser quando crescer?”; “O que você gosta?” e o menino fala “ah, eu sonhei em ser isso...” Então, rapaz, se aplica, foca, estuda... Então, o papel da escola também é esse. Eu acho que a escola, nesse ponto, ela acertou em cheio, nessa questão do projeto de vida, as feiras de ciências... O aluno que vê que tem um potencial legal, eles podem estar colocando para participar de outros eventos, olimpíada disso, olimpíada daquilo. Então, eu acho que isso a escola acertou em cheio. (Quartzo - Categorias temáticas: proporcionar oportunidades e conscientizar sobre perspectiva de futuro)

[...] (O papel da) escola é justamente preparar o adolescente, ensinar bons costumes, responsabilidades... Porque não é só passar matéria, não é só ensinar português e matemática. Existem várias coisas que influenciam. Então, quando se trata de adolescentes que estão acolhidos, tem que haver essa aproximação da instituição com a escola, para que ambos consigam juntos levar melhor o adolescente a esse preparo que talvez falte no dia a dia, no cotidiano. (Lápis-Lazuli - Categoria temática: preparar para o futuro)

A partir dessas respostas, é possível identificar a escola como sendo percebida como espaço fértil para a preparação e construção de perspectivas de futuro para os estudantes. Evidencia-se a necessidade de proporcionar oportunidades que estimulem os adolescentes acolhidos a aprimorar e desenvolver novas habilidades e conhecimentos, trazendo significado às suas vidas.

Além disso, é previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 13.415/2017, art. 35-A, 7º parágrafo, que os currículos do Ensino Médio devem enfatizar a formação integral do aluno, incentivando uma abordagem que apoie a construção de projetos de vida e que favoreça o desenvolvimento nas dimensões física, cognitiva e socioemocional (Brasil, 2017). Nessa lógica, reforça-se a responsabilidade dos profissionais da escola em proporcionar um ensino que contemple não somente a formação, mas que inclua atividades voltadas à reflexão e construção de perspectivas de futuro para os estudantes (Pereira; Zanon; Dellazzana-Zanon, 2021).

Com relação à percepção sobre o que a escola não tem conseguido trabalhar satisfatoriamente na perspectiva dos educadores sociais, verificou-se que 80% destacaram inclusão social, e 60% apontaram interação social e afetividade.

Como exemplo de justificativa dos educadores para a dimensão “inclusão social”, destacaram-se as seguintes falas:

[...] Os meninos ficam receosos de ir para a escola porque eles sofrem preconceitos. Acho que precisa ser mais trabalhado isso. Muitas vezes eles até querem ir, mas por esse motivo tem uns que não vão. (Citrino - Categoria temática: preconceito)

[...] Tem que se tirar essa visão sobre os meninos de acolhimento que eles são sementinhas do mau, garotos problemas, como se lá na escola não tivesse outros meninos com problemas também, só não estão numa instituição de acolhimento, mas só pelo fato do adolescente estar numa instituição de acolhimento, parece que ele é diferente de todos que estão lá. Porque a gente não vê um comportamento diferente dos nossos meninos para os meninos que estão lá, que estão na escola e têm suas questões com suas famílias. Então, acho que essa inclusão social deve existir. (Quartzo - Categoria temática: estigma)

A partir das falas elencadas acima, houve destaque para a presença do estigma social no cotidiano escolar dos adolescentes acolhidos, sendo observado pelos participantes como um fator que impacta na frequência desses ambientes. Devido ao fato de estarem temporariamente residindo em uma instituição de acolhimento, os rótulos pejorativos que ainda impregnam o imaginário social os marcam negativamente, impactando no reconhecimento de suas identidades (Moreno; Sudario, 2022).

Neste sentido, as colocações dos participantes estão em sintonia com a literatura que afirma que os adolescentes acolhidos estão sujeitos à estigmatização e a um conjunto de estereótipos ligados aos processos de institucionalização, que os despersonalizam e excluem, além de potencializarem as desigualdades. Tais experiências reforçam as rupturas sociais pré-existentes, uma vez que, ao chegarem na escola, carregam o estigma de “ser do abrigo” ou “casa-lar” e os estereótipos de “aluno rejeitado” ou “problemático” (Ferreira; Silva, 2023). A estigmatização e o preconceito podem ser praticados não somente por alunos, mas também por figuras de referência como professores, coordenação e direção, levando a consequências como frequências irregulares e evasões escolares (Somer; Oliveira Junior; Barros, 2018). Ademais, o *bullying* e a falta de ações protetivas frente às ofensas sofridas são fatores que comumente promovem a perpetuação do estigma e dessas rupturas. Destarte, para que a escola consiga trabalhar a inclusão social, a intervenção não deve se restringir apenas aos adolescentes acolhidos, mas incluir toda a comunidade escolar (Maia, 2023).

Para além da instituição escolar, foi indagado aos educadores sociais sobre especificamente o papel da instituição de acolhimento para perspectivas de futuro dos acolhidos, sendo identificadas as seguintes categorias: incentivo, diálogo com o adolescente sobre perspectiva de futuro, transitoriedade do acolhimento, integração escola e instituição de acolhimento, e oferecer suporte. Seguem os exemplos abaixo:

A nossa função é dar aquele empurrãozinho, né? Quando ele está um pouco desanimado, a gente fala “Não, vamos. Eu te levo. Vamos, vamos!” (Citrino - Categoria temática: incentivo)

É a mesma da escola. Às vezes, a gente faz questionamentos aos adolescentes que eles não param para pensar no futuro. O adolescente é momento, eles querem viver o aqui e o agora. E nós, como pessoas mais experientes, temos nossa família, nosso trabalho, enfim... Muitas das vezes o papel do acolhimento é conversar sobre o futuro. [...] Tem menino que chega com 12 (anos) e diz que quer sair dali com 18. Por enquanto você está no abrigo, mas poxa, aqui você pode se desenvolver. Vai aparecer várias oportunidades para você, um Jovem Aprendiz, a escola, enfim... É conscientizar que você pense também que não vai ficar com essa idade para sempre. Ninguém é Peter Pan! Procurar, sistematicamente, colocar isso para ele. Nós vamos falar uma, duas vezes, mas tem que falar sempre. O adolescente não vai parar para pensar nisso. [...] Já pensou que algum dia você vai tem que sair daqui? Quer continuar assim, sair do abrigo de adolescente e ir para o abrigo de adulto e depois idoso? O bagulho não é por aí não. Começa a pensar na sua vida, nas oportunidades. Nosso papel é fundamental para estar passando isso para eles. (Quartzo - Categorias temáticas: diálogo com o adolescente sobre perspectiva de futuro e transitoriedade do acolhimento)

O papel da instituição de acolhimento é preparar justamente... é... Eu acho que na verdade é um trabalho em conjunto da instituição com a escola. O papel do acolhimento é fazer com que o adolescente consiga estar e absorver ao máximo tudo aquilo que a escola passa. (Lápis-Lazúli - Categorias temáticas: integração escola e instituição de acolhimento, e oferecer suporte)

Percebe-se que na categoria “incentivo” emergida na resposta do participante, quando é dito “A nossa função é dar aquele empurrãozinho, né? Quando ele está um pouco desanimado a gente fala [...]”, é possível observar a importância da sensibilidade do educador sobre o estado do adolescente naquele momento, de maneira a atender às suas necessidades. Com isso, depreende-se que algumas práticas dos educadores sociais envolvem ainda ajudar o adolescente a lidar com sentimentos, autoestima e construção da identidade, além de buscar estratégias que o estimulem a olhar a escola como um local capaz de possibilitar oportunidades futuras (Carmo, 2019).

Complementando o papel da instituição de acolhimento para a perspectiva de futuro dos adolescentes, o educador Quartzo menciona o Programa Jovem Aprendiz. Este último é assegurado pela Lei nº 10.097/2000 (Brasil, 2000) segundo a qual, além de estipular que o adolescente deve estar regularmente matriculado e frequentando a escola, pode ainda ter a oportunidade de ingressar em um programa de aprendizagem que inclui contrato com remuneração e certificado de qualificação profissional. Este tipo de iniciativa pode contribuir para a construção de perspectivas de futuro, especialmente quando o adolescente está prestes a se desvincular da instituição de acolhimento devido à maioridade (Silva; Motta, 2020).

No contexto do desligamento institucional, surge a categoria "transitoriedade do acolhimento" a partir da fala do educador. Essa transitoriedade pode acontecer em situações em que, ao estarem esgotadas as possibilidades de reinserção familiar ou reintegração em família substituta, o adolescente alcança a maioridade e ainda não tem recursos para se sustentar, necessitando ser transferido para outros locais como forma de transição entre o acolhimento e a conquista de sua autonomia e independência (Ribeiro; Ilário, 2020).

Além disso, na fala do educador Lápis-Lazúli, é evidenciada a importância dada à parceria entre escola e acolhimento institucional para que seja oferecido suporte ao adolescente em termos de contribuir para a construção de perspectivas de futuro. Nesse sentido, a articulação entre as instituições possibilita um acompanhamento ampliado do seu desempenho escolar, de maneira a favorecer a sua formação integral (Moreno; Sudario, 2022).

Quando perguntados sobre a responsabilidade da instituição de acolhimento no que se refere à aprendizagem escolar dos adolescentes, foi possível identificar as seguintes categorias: oferecer suporte e demonstrar interesse. São exemplos os trechos abaixo:

É... Deixa eu ver... a responsabilidade são todas possíveis. Ele (adolescente) não está ali só para ficar acolhido, ele está ali pra gente ajudar de todas as formas, tanto na escola, quanto na vida pessoal, como a sua integração com a família. (Jaspe - Categoria temática: oferecer suporte)

A nossa responsabilidade parte do momento que a gente se importa com eles. Assim é com os nossos filhos. Poxa, eles ficam bem felizes quando a gente se interessa por eles e até se coloca à disposição... “Po, cara, qualquer dúvida pode falar comigo!” Isso é muito bom. Eles sentem que tem alguém interessado por eles. Eu sempre busco passar que aprendo muito com eles. (Quartzo - Categoria temática: demonstrar interesse)

Observa-se que os educadores buscam oferecer suporte e interesse junto às demandas dos adolescentes, tanto nas situações escolares quanto nos aspectos pessoais, visando à sua reinserção social. As ações relatadas estão em sintonia com as orientações técnicas previstas para instituições de acolhimento de crianças e adolescentes (Brasil, 2009) no que concerne, inclusive, à aprendizagem escolar, porém, notou-se que os participantes não mencionaram se há uma organização da rotina e do ambiente institucional para a realização das tarefas escolares dos adolescentes. Em estudo realizado por Heumann e Cavalcante (2018), foi elaborada uma análise descritiva das rotinas de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento em três regiões do Pará, Brasil. Os autores identificaram que o cotidiano nestes locais foi marcado pela constância e repetição, sendo o quarto o ambiente mais frequentado ao longo do dia, implicando reduzida oferta de estímulos ao desenvolvimento infanto-juvenil. Diante disso, tais dados colocam em evidência a importância de membros da equipe estruturarem rotinas que delineiem horários e ambientes diversos, capazes de favorecer atividades escolares, culturais, de lazer, além das de organização, como cuidados com a casa e os pertences pessoais (Heumann; Cavalcante, 2018).

CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

Os principais resultados deste estudo apontaram que, segundo a percepção dos educadores sociais, a escola é um espaço fundamental para promover o desenvolvimento integral dos adolescentes, abrangendo aspectos intelectuais, sociais e pessoais, além de proporcionar sentimentos de pertencimento e perspectivas de futuro. No entanto, percebeu-se que, conforme relatado pelos participantes, há desafios enfrentados no contexto escolar que podem impactar diretamente no grau de importância atribuída pelos adolescentes acolhidos à escola, levando a sentimentos de desestímulo, acúmulo de faltas, evasão, além de dificuldades quanto ao desempenho acadêmico, processo de reinserção social e construção de perspectivas futuras.

Esses resultados sugerem que a instituição de acolhimento e a escola possuem um potencial importante, no sentido de contribuir para a permanência do adolescente acolhido na escola, já que ambas devem oferecer um cuidado integral ao sujeito. No entanto, quando não há uma comunicação efetiva entre essas instituições, alguns impactos podem surgir, a saber: desafios e dificuldades adaptativas para os adolescentes acolhidos, *bullying*, estigmas, conflitos, rótulos, baixa autoestima, dentre outros. Tais fatores podem, conseqüentemente, levar a um sentimento de não pertencimento, o que contribui para dificuldades de aprendizagem e possíveis evasões.

Ademais, destaca-se que os dados reportados neste estudo podem contribuir para discussões e futuras pesquisas sobre a temática do acolhimento institucional de maneira articulada ao contexto escolar. A reintegração social de adolescentes acolhidos envolve a sua participação efetiva em diferentes ambientes, inclusive a escola, a fim de que possam ressignificar suas vidas e encontrar caminhos que os conduzam ao reconhecimento de sua própria cidadania. Neste sentido, o acolhimento em si não pode ser uma tarefa a ser realizada apenas pela instituição que abriga, mas por todos os espaços de que o adolescente em desenvolvimento participa. Partindo deste entendimento, compreende-se que ambas as instituições (acolhimento e escola) precisam estar em constante comunicação, lidando com as nuances emocionais, potencialidades e dificuldades dos adolescentes em seus processos de adaptação, a fim de que possam alcançar melhores estratégias para auxiliá-los em sua reinserção social.

Reconhece-se que o presente estudo, apesar de suas contribuições, apresenta limitações, uma vez que envolveu um número restrito de participantes, o que impede a generalização dos resultados. No entanto, apesar dessas limitações, a pesquisa proporcionou reflexões sobre a relação entre a escola e a instituição de acolhimento, podendo contribuir para futuras investigações neste campo.

Entende-se que é essencial promover mais espaços de formação continuada para os profissionais das instituições de acolhimento e das escolas. Essa iniciativa não apenas colaborará com a qualidade dos serviços prestados, mas também servirá como suporte e incentivo para esses profissionais desempenharem suas funções de maneira a contribuir para o desenvolvimento integral de adolescentes em acolhimento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Laura Isabel Marques Vasconcelos de; QUEIROZ, Carla Adriana. A influência do contexto institucional no percurso escolar de crianças e adolescentes institucionalizados. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [S. l.], v. 21, n. 3, p. 238-243, 2020. DOI: 10.17921/2447-8733.2020v21n3p238-243. Disponível em: <https://revistaensinoeducacao.pgscogna.com.br/ensino/article/view/8152> Acesso em: 11 ago. 2024.
- ARCHANGELO, Ana; LUZ, Tagiane Maria Rocha; CAMPANARO, Claudia Regina; RODRIGUES, Isabela Angeli. Sentimento de pertencimento e desenvolvimento da moralidade na escola. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 37, e372115, 2021. DOI: 10.1590/0102.3772e372115. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/PQLkn3PQFchLqg3S44XwGwR/> Acesso em: 11 dez. 2024.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. 279p.

BITTAR, Marisa. Prefácio. In: LOPES, Roseli Esquerdo; BORBA, Patrícia Leme Oliveira (Org.). **Terapia Ocupacional, Educação e Juventudes**: conhecendo práticas e reconhecendo saberes. São Carlos, SP: EduFSCar, 2022, p. 9-19.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Orientações técnicas para elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA)**. Brasília, DF: MDS. 2018. 112p. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/OrientacoestecnicasparaelaboraacaodoPIA.pdf Acesso em: 10 set. 2024.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas**: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. 2. ed. Brasília, DF: MDS, 2009. 168p. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-acolhimento.pdf Acesso em: 4 out. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm Acesso em: 10 dez. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acesso em: 23 jan. 2024.

CARLOS, Diene Monique; FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; SILVA, Marta Angélica Iossi; LEITE, Jessica Totti. Vivências no espaço escolar de adolescentes vítimas de violência doméstica em acolhimento institucional. **Ciência, Cuidado e Saúde**, v. 10, n. 2, p. 298-305, abr./jun. 2011. DOI: 10.4025/cienccuidsaude.v10i2.12138. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/12138/8767> Acesso em: 10 jan. 2024.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 3, e00101417, 2018. DOI: 10.1590/0102-311X00101417. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ywYD8gCqRGg6RrNmsYn8WHv/abstract/?lang=pt> Acesso em: 24 nov. 2024.

- CARMO, Thiago Marques do. A dicotomia existente na prática dos educadores sociais no âmbito do acolhimento institucional: Diferenças entre cuidador social e educador social no serviço de acolhimento institucional. **Olhar de Professor**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 23-34, 2019. DOI: 10.5212/OlharProfr.v.19i1.0002. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/12768> Acesso em: 18 nov. 2024.
- CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; MAGALHÃES, Celina Maria Colino; REIS, Daniela Castro dos. Análise comparativa do perfil de crianças em acolhimento institucional nos anos de 2004 e 2009. **Psico**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, p. 90-99, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/13180/11445> Acesso em: 9 ago. 2024.
- COSTA, Camila Cristina; FRANCO, Elaine Cristina Dias; SANTOS, Thaissa Magela dos; SILVEIRA, Edilene Aparecida Araújo da; CARVALHO, Marcela Silva; RESENDE, Maria Alice Aparecida. Perfil biopsicossocial de crianças e adolescentes institucionalizados. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 11, n. 17, p. e1671, nov. 2019. DOI: 10.25248/reas.e1671.2019. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/1671> Acesso em: 27 fev. 2024.
- FERMINO, Sheila; LIMA, Damaris Bezerra de. Análise das condições psíquicas de crianças e adolescentes submetidos à institucionalização. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 12, p. e4675, 2023. DOI: 10.17267/2317-3394rpds. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/4675> Acesso em: 10 dez. 2024.
- FERREIRA, Thalita Agostinho de Souza; SILVA, Otavio Henrique Ferreira da. Educação escolar de adolescentes em situação de abrigo: reflexões críticas em interface com a pandemia. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 13, n. 38, p. 121-138, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7678051. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/875> Acesso em: 10 dez. 2024.
- FERREIRA, Vanda Valle de Figueiredo; LITTIG, Patrícia Mattos Caldeira Brant; VESCOVI, Renata Goltara Liboni. Crianças e adolescentes abrigados: perspectivas de futuro após situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n.1, p.165-174, 2014. DOI: 10.1590/S0102-71822014000100018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/P4bNjpmNVFhGstQ844D4Hxn/> Acesso em: 23 out. 2024.
- FONSECA, Patrícia Nunes da. O impacto do acolhimento institucional na vida de adolescentes. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 34, n. 105, p. 285-296, 2017. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000300006 Acesso em: 22 ago. 2024.
- FRAGA, Cristina Kologeski; SOBROSA, Lilian Marques. Projeto de vida de adolescentes: uma estratégia de intervenção para o serviço social na educação básica. **Qualitas Revista Eletrônica**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 164-181, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://revista.uepb.edu.br/QUALITAS/article/view/2464> Acesso em: 11 dez. 2024.
- HAHN, Tamiris de Oliveira; FERRARO, José Luís Schifino. Aproximações entre as teorias de Wallon e Vygotsky no campo da educação: um olhar sobre a afetividade. **Perspectiva**, [S. l.], v. 36, n. 4, p. 1321-1337, 2018. DOI: 10.5007/2175-795X.2018v36n4p1321. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2018v36n4p1321>

Acesso em: 11 dez. 2024.

HEUMANN, Sabine; CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves. Rotinas de crianças e adolescentes em acolhimento institucional: estudo descritivo. **Arquivo Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 70, n. 2, p. 22-37, 2018. Disponível em:

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1809-52672018000200003&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 11 dez. 2024.

ITO, Sidney Issao; AZEVÊDO, Adriano Valério dos Santos. Educadores sociais em abrigos destinados a crianças e adolescentes: revisão sistemática. **Contextos Clínicos**, São Leopoldo, v. 14, n. 1, p. 276-303, jan./abr. 2021. DOI: 10.4013/ctc.2021.141.13. Disponível em:

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822021000100014 Acesso em: 9 dez. 2024.

KAPPLER, Stella Rabello; MENDES, Deise Maria Leal Fernandes. Trocas afetivas de crianças em acolhimento institucional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, e184527 p. 1-13, 2019.

DOI: 10.1590/1982-3703003184527. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/6j8Qfnzx7YSZDNz9hXWzWpb/> Acesso em: 17 nov. 2024.

LEMOS, Adriana Guerra Abreu; MORAES, Mayara Muniz Bastos; ALVES, Daniel Gonçalves; HALPERN, Elizabeth Espindola; LEITE, Ligia Costa. Evasão nas unidades de acolhimento: discutindo seus significados. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 594-602, 2014. DOI: 10.1590/S0102-71822014000300008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/dBjn3NzhTPRtBkFW3gtCr8w/> Acesso em: 14 ago. 2024.

MAIA, Cristina Reis. A inclusão social no acolhimento institucional: o papel da educação e da inclusão escolar - um estudo com as adolescentes do espaço Dandara. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 82-104, jan./abr. 2023. Disponível em:

<https://ojs.emerj.com.br/index.php/revistadaemerj/article/view/460> Acesso em: 18 nov. 2024.

MARIN, Angela Helena; SILVA, Cecília Tonial da; ANDRADE, Erica Isabel Dellatorre; BERNARDES, Jade; FAVA, Débora Cristina. Competência socioemocional: conceitos e instrumentos associados. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 92-103, dez. 2017. Edição Especial. DOI: 10.5935/1808-5687.20170014. Disponível em:

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-56872017000200004 Acesso em: 11 dez. 2024.

MORENO, Gilmar Lupion; SUDARIO, Maria Vitória Braga. Criança, escola e acolhimento institucional: a escola como espaço de socialização. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 68, p. 29-41, 2022. DOI: 10.12957/teias.2022.60916. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/60916>

Acesso em: 10 dez. 2024.

MOURA, Mariana de Almeida de; SILVA, Marta Regina Paulo da. ‘Se fosse um passarinho, também iria voar’: a escola e a educação das crianças em situação de acolhimento institucional. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 46-57, 2023. DOI: 10.12957/teias.2023.64388.

Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/64388> Acesso em: 2 dez. 2024.

OLIVEIRA, Íris M.; TAVEIRA, Maria do Céu; NEVES, Lúcia F. Sensibilizar professores para o desenvolvimento de carreira dos alunos: relato de uma experiência. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 2, p. 512-523, jun. 2014. DOI: 10.1590/1982-3703001612013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/DwectMPJCDSXhKSjBVJjYNF/> Acesso em: 11 dez. 2024.

PENSO, Maria Aparecida; MORAES, Patrícia Jakeliny Ferreira de Souza. Reintegração familiar e múltiplos acolhimentos institucionais. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 14, n. 2, p. 1523-1535, 2016. DOI: DOI:10.11600/1692715x.14243180815. Disponível em: <https://revistaumanizales.cinde.org.co/rlicsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/2623> Acesso em: 13 set. 2024.

PEREIRA, Bruna Caroline; ZANON, Cristian; DELLAZZANA-ZANON, Letícia Lovato. Influência dos contextos escolar e familiar nos projetos de vida de adolescentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, p. 1-14, 2021. DOI: 10.1590/1982-3703003227915. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/ym3TkY7zDV6SN5X3LJsZK6M/> Acesso em: 2 dez. 2024.

RIBEIRO, Arielle; ILÁRIO, Camila. O processo de desligamento por maioria do acolhimento institucional. **Revista Científica Multidisciplinar do CEAP**, v. 2, n. 1, p. 1-9, jan./jun. 2020. Disponível em: <http://periodicos.ceap.br/index.php/rcmc/article/view/34> Acesso em: 17 ago. 2024.

SILVA, Cláudia Yaísa Gonçalves da; MOTTA, Ivonise Fernandes da. A perspectiva de futuro no contexto da adolescência em acolhimento institucional. **Natureza Humana**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 189-203, jul./dez. 2020. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302020000200013 Acesso em: 12 dez. 2024.

SIQUEIRA, Felipe Queiroz; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca. Valores morais vão à escola? Relação entre concepções de professores e a qualidade da formação. **Psico**, Porto Alegre, v. 52, n. 4, p. e36527, 2021. DOI: 10.15448/1980-8623.2021.4.36527. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/36527> Acesso em: 11 dez. 2024.

SOMER, Diana Galone; OLIVEIRA JUNIOR, Constantino Ribeiro de; BARROS, Solange Aparecida Barbosa de Moraes. Representações sociais da escola: um estudo com adolescentes em acolhimento institucional no município de Ponta Grossa/PR. **Polêm!ca**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 16-36, 2018. DOI: 10.12957/polemica.2018.36066. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/polemica/article/view/36066> Acesso em: 15 ago. 2024.

WENDT, Bruna; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Programa em práticas educativas positivas para educadores sociais de instituições de acolhimento: estudo de viabilidade. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, p. 1-13, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i9.18412. Disponível em: <https://www.ciespi.org.br/site/collections/document/2728> Acesso em: 12 ago. 2024.

ZAPPE, Jana Gonçalves; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Adolescência em diferentes contextos de desenvolvimento: risco e proteção em uma perspectiva longitudinal. **Psico**, Porto Alegre, v. 47, n. 2, p. 99-110, 2016. DOI: 10.15448/1980-8623.2016.2.21494. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-53712016000200002 Acesso em: 19 mai. 2024.

Recebido em: 16 de dezembro de 2024

Aprovado em: 06 de maio de 2025